

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RERRATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PORCÃO LICENCIAMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., CELEBRADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2010**

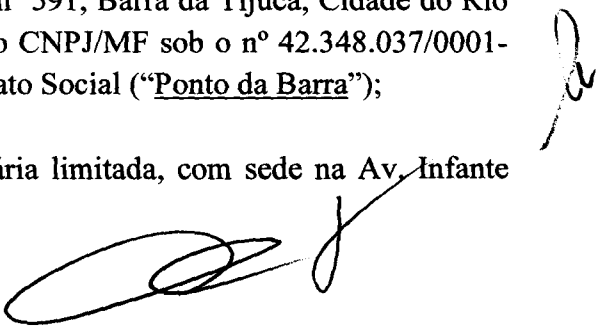
Pelo presente instrumento particular, como emissora,

- a) **PORCÃO LICENCIAMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital fechado com sede Avenida das Américas, nº 500, bloco 5, loja 101 - subsolo, CEP 22.640-102, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.946.696/0001-02, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora"),

como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures,

- b) **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, Bloco 01, Sala 317, Barra da Tijuca, CEP 22.775-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.749.264/0001-04 ("Agente Fiduciário"),

e, na qualidade de garantidores solidários e principais pagadores,

- c) **CHURRASCARIA BRASÃO DA TORRE LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Rua Barão da Torre, nº 218, 220 e 220, fundos, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.136.747/0001-11, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Brasão da Torre");
- d) **CHURRASCOLÂNDIA RESTAURANTE LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede da Av. das Américas, nº 500, bloco 5, loja 101, Barra da Tijuca, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.193.681/0001-00, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Churrascolândia");
- e) **BAR E RESTAURANTE PONTO DA BARRA LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Av. Armando Lombardi, nº 591, Barra da Tijuca, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.348.037/0001-55, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Ponto da Barra");
- f) **PORCÃO RIO'S LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Av. Infante
- 

Dom Henrique, s/nº, Parque do Flamengo, Glória, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.144.238/0001-89, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Rio's");

- g) **RPS BAR E RESTAURANTE LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, Trecho 2, Conjunto 35, Parte Restaurante III, Brasília, DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.956.495/0001-15, neste ato representada na forma de seu contrato social ("RPS"); e
- h) **NSG CAPITAL SECURITIZADORA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Praia de Botafogo, 440, 6º andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.337.440/0001-92, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("NSG Securitizadora", o qual, conjuntamente com o Acionista Controlador, Brasão da Torre, Churrascalândia, Ponto da Barra, Rio's e RPS doravante denominados os "Garantidores Solidários", e os Garantidores Solidários, conjuntamente com a Emissora e o Agente Fiduciário, as "Partes" e, cada um, uma "Parte"),

e, na qualidade de interveniente anuente,

- i) **CASUAL DINING S.A.**, companhia fechada com sede na Av. das Américas, 3.500, Sl. 211, Ed. Toronto 1.000, Bloco 2, Le Monde Office, CEP 22.631-003, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.826.742/0001-10, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Acionista Controlador");

vêm celebrar o presente "Instrumento Particular de Rerratificação e Consolidação da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Porção Licenciamentos e Participações S.A., celebrada em 13 de dezembro de 2010" ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), para reformular a Escritura de Emissão, que se encontra em fase de arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, reafirmando todas as suas Cláusulas e condições, as quais passam a vigorar com a seguinte redação consolidada:

*Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures a serem ofertadas no âmbito da Oferta Restrita, o potencial investidor deve considerar, à luz de sua situação financeira e objetivos de investimento, bem como com o auxílio de seus assessores legais, contábeis e financeiros, todas as informações disponíveis nesta Escritura de Emissão e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos nesta seção no "Anexo I". Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente ocorra, a situação financeira da Emissora ou de qualquer dos Garantidores Solidários, o pagamento de Juros Remuneratórios, ou o resgate das Debêntures poderá ser afetado de forma adversa. Consequentemente, o investidor poderá perder todo ou parte substancial de seu investimento nas Debêntures. Riscos adicionais não descritos nesta Escritura de Emissão atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes pela Emissora e pelos Garantidores Solidários também poderão*

*prejudicar seu fluxo de caixa e impactar o pagamento das Debêntures pela Emissora e pelos Garantidores Solidários. Os fatores de risco descritos no Anexo I foram preparados de acordo com a situação atual da Emissora.*

### **Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 6 de dezembro de 2010 (“AGE”), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

### **Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS**

#### **2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA**

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação da **NSG CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a subscrever ou adquirir títulos e valores mobiliários para revenda, intermediar oferta pública de distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, instituir e gerir fundos, carteiras de títulos e valores mobiliários e clubes de investimento, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.274.584/0001-47 (“Coordenador Líder”), nos termos da Instrução n.º 476 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), de 16 de janeiro de 2009 e suas alterações posteriores (“Oferta Restrita” e “Instrução CVM n.º 476/09”).

2.1.2. Nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.3. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

#### **2.2. Registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação das Atas**

2.2.1. A ata da AGE será registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações.

### **2.3. Inscrição desta Escritura de Emissão na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.4. Registro da Garantia Adicional Real**

2.4.1. O Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido no item 4.15.1) deverá ser registrado pela Emissora em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora, do Acionista Controlador e do Agente Fiduciário, até a data de subscrição das Debêntures.

2.4.2. O Contrato de Cessão Fiduciária de Bens e Direitos deverão ser registrados pela Emissora em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora e do Agente Fiduciário, até a data de subscrição das Debêntures.

### **2.5. Registro para Distribuição e Negociação**

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo as Debêntures distribuídas, negociadas, liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476/09 (“Investidores Qualificados”), e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM n.º 476/09.

## **Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Séries**

3.1.1. A Emissão será realizada em série única.

### **3.2. Valor Total da Emissão**

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão.

### **3.3. Quantidade de Debêntures**

3.3.1. Serão emitidas 100 (cem) debêntures (as “Debêntures” e, cada uma individualmente, “Debênture”).

### **3.4. Destinação de Recursos e da Conta Vinculada Emissora**

3.4.1. Os recursos obtidos com a Emissão serão mantidos na conta-corrente vinculada de titularidade da Emissora a ser aberta no Banco Bradesco S.A. (“Conta Vinculada Emissora”), de movimentação restrita que será movimentada mediante prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 3.4.2 abaixo. Os recursos depositados na Conta Vinculada Emissora terão as seguintes destinações (“Usos Autorizados”):



(i) sem ordem de preferência, (a) aquisição, direta ou indiretamente, por meio de cessão de crédito, ou negócio jurídico equivalente, de operações ou títulos de crédito detidas por terceiros em face da Emissora, de suas sociedades controladas, controladoras, afiliadas ou sociedade sob controle comum, incluindo, sem limitação os Garantidores Solidários, cujos valores de face, somados, não possam ser inferiores a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); (b) constituição de reserva financeira equivalente ao valor estimado das 3 (três) próximas parcelas vincendas dos Juros Remuneratórios (“Montante Mínimo Conta Vinculada”); e (c) até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para pagamento de passivos financeiros da Emissora e suas sociedades controladas, de forma a permitir o aperfeiçoamento das garantias previstas nos Contratos de Garantia; e

(ii) após a conclusão da alocação de recursos referida no item “i”, o saldo remanescente da Conta Vinculada Emissora será depositado na conta de livre movimentação da Emissora para desenvolvimento de seus negócios, sujeita ao controle do Gestor de Conta Corrente.

3.4.2. Os recursos mantidos e/ou depositados na Conta Vinculada Emissora estarão sujeitos ao controle do Agente Fiduciário, nos termos do “Contrato de Conta Vinculada e Outras Avenças” (“Contrato de Conta Vinculada”), a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência da NSG Securitizadora (“Gestor de Conta Corrente”). A Conta Vinculada Emissora encontrar-se-á submetida ao controle do Agente Fiduciário, o qual, em caráter único e exclusivo, poderá movimentá-la, observadas as instruções passadas, por escrito, pelo Gestor de Conta Corrente, com a finalidade única e exclusiva de atender aos Usos Autorizados.

3.4.2.1. Quando da apuração do Montante Mínimo Conta Vinculada, deverão ser considerados (i) os valores das verbas depositadas na Conta Vinculada Emissora, e (ii) o valor de mercado dos Investimentos Permitidos vincendos, realizados pelo Agente Fiduciário por conta e ordem da Emissora, com os recursos depositados na Conta Vinculada Emissora.

3.4.2.2. Os recursos em moeda corrente nacional depositados na Conta Vinculada

Emissora poderão ser aplicados pelo Agente Fiduciário, utilizando-se dos poderes de representação outorgados nos termos do Contrato de Conta Vinculada, por conta e ordem da Emissora, em qualquer das seguintes modalidades de investimento:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil - Bacen;
- b) operações compromissadas tendo como lastro os ativos acima relacionados; e
- c) quotas de fundos de investimentos referenciados à Taxa DI (incluindo percentuais da Taxa DI) e/ou índice de preços, administrados por Instituições Autorizadas, de longo prazo, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos nos ativos identificados nas alíneas “a” e “b” anteriores (em conjunto, “Investimentos Permitidos”).

3.4.2.3. É expressamente vedada a aquisição de ativos de renda variável.

3.4.2.4. Para os fins do item 3.4.2.2(c), “Instituições Autorizadas” significa qualquer das seguintes instituições: (i) Banco do Brasil S/A; (ii) Banco Bradesco S/A; (iii) Banco Itaú Unibanco S/A; (iv) Banco Santander S.A.; e (v) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo.

3.4.3. Nos termos do Contrato de Conta Vinculada, previamente à transferência, pelo Agente Fiduciário, de recursos financeiros depositados na Conta Vinculada Emissora, nos termos do subitem “i” do item 3.4.1 acima, o Gestor de Conta Corrente deverá encaminhar ao Agente Fiduciário documento escrito preparado pelo credor da respectiva obrigação financeira, acompanhado dos poderes de representação do signatário, identificando: (a) o saldo devedor da respectiva obrigação financeira; e (b) a conta corrente, de titularidade do respectivo titular do crédito, para a qual as respectivas verbas deverão ser transferidas.

3.4.4. Nos termos do Contrato de Conta Vinculada, o Gestor de Conta Corrente deverá encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da realização da transferência de recursos referida no item 3.4.3 acima, recibo de quitação, considerando-se a natureza do respectivo negócio jurídico, emitido pelo titular do crédito, acompanhado dos poderes de representação do(s) signatário(s).

3.4.5. Enquanto os recursos provenientes da subscrição e integralização das Debêntures encontrarem-se depositados na Conta Vinculada Emissora, caberá ao Agente Fiduciário movimentar a Conta Vinculada Emissora apenas para a realização de investimentos permitidos conforme previsto no Contrato de Conta Vinculada.

### **3.5. Número da Emissão**

3.5.1. A presente Escritura de Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de debêntures, sendo a primeira de oferta pública com esforços restritos da Emissora.

### **3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador**

3.6.1. O banco mandatário (“Banco Mandatário”) e agente escriturador (“Agente Escriturador”) da Emissão é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no núcleo administrativo denominado “Cidade de Deus”, situado na Vila Yara, no município e comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.

### **3.7. Limite de Emissão**

3.7.1. O limite de emissão não se aplica à Emissão, conforme previsto no parágrafo 4º, do artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que as Debêntures serão subordinadas.

## **Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Colocação e Plano de Distribuição**

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, sob regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder, observados os termos e condições definidos no “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, de Emissão da Porção Licenciamentos e Participações S.A.” (“Contrato de Distribuição”), celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

4.1.2. Em observância ao disposto na Instrução CVM n.º 476/09, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será permitida ao Coordenador Líder a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.3. A subscrição e integralização das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

4.1.4. O período de distribuição será de até 6 (seis) meses contado da primeira data de subscrição e integralização das Debêntures.

4.1.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM, e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

#### **4.2. Data de Emissão das Debêntures**

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 13 dezembro de 2010 ("Data de Emissão").

#### **4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

#### **4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures**

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriturador e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será expedido extrato pela CETIP em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), que igualmente servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

#### **4.5. Espécie**

4.5.1. As Debêntures serão da espécie subordinada.

#### **4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização**

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, podendo ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das respectivas Debêntures, sendo certo que o ágio ou deságio será o mesmo para todos que subscreverem e integralizaram Debêntures na mesma data.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

#### **4.7. Prazo de Vencimento**

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 2 (dois) anos contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de dezembro de 2012 ("Data de Vencimento").

#### **4.8. Resgate Integral**

4.8.1. As Debêntures serão integralmente pagas na Data de Vencimento por seu Valor



Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos e não pagos nos termos desta Escritura de Emissão e demais encargos devidos.

#### 4.9. Juros Remuneratórios

4.9.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 170% (cento e setenta por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, a partir da Data de Emissão, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1);$$

onde:

J ou “Juros Remuneratórios” = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;  
VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;  
FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right];$$

onde:

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI-Over,, sendo “ $n_{DI}$ ” um número inteiro;  
p = 170,00 (cento e setenta inteiros);  
 $TDI_k$  = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1;$$



onde:

$k = 1, 2, \dots, n;$

$DI_k =$  Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Observações:

- a) O fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$  será considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- c) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.9.3. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis* até a data de efetivo pagamento dos Juros Remuneratórios, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.9.4. Os Juros Remuneratórios correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos e pagos pela Emissora aos Debenturistas mensalmente, sempre no dia 30 (trinta) de cada mês calendário, e assim sucessivamente até o último pagamento de Juros Remuneratórios, que deverá ocorrer na Data de Vencimento (“Data de Pagamento de Remuneração”). A primeira Data de Pagamento de Remuneração deverá ocorrer no dia 28 de fevereiro de 2011. No mês de fevereiro de cada ano, o pagamento dos Juros Remuneratórios deverá ocorrer no dia 28 (vinte e oito).

4.9.4.1. Caso qualquer Data de Pagamento de Remuneração ou a Data de Vencimento venha a incidir em dia que não seja Dia Útil, a Emissora efetuará tal pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente.

4.9.5. O período de capitalização é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração do respectivo período (exclusive) (“Período de Capitalização”).

4.9.6. Cada Período de Capitalização sucede o anterior, sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.7. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da  $DI_k$  pela CETIP, será utilizada a última  $DI_k$  divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da  $DI_k$  que seria aplicável. Se a não divulgação da  $DI_k$  for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.8. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da  $DI_k$  por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a  $DI_k$  não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na presente Escritura de Emissão) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última  $DI_k$  divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.9. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do item 4.9.8 acima, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, mediante pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, a  $DI_k$  a ser utilizada no cálculo dos Juros Remuneratórios será a última  $DI_k$  disponível; ou

b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora e aprovado pelos

Debenturistas, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta alternativa, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures em circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora e aprovado pelos Debenturistas para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em circulação, as Debêntures farão jus à nova remuneração a ser definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.9.8 acima. Caso não ocorra a aprovação pelos Debenturistas do cronograma proposto pela Emissora, deverá ser obrigatoriamente observado pela Emissora o disposto no item 4.9.9, alínea “a” acima.

4.9.10. Farão jus aos Juros Remuneratórios os Debenturistas que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

#### **4.10. Resgate Antecipado e Repactuação**

##### ***Seção I – Resgate Antecipado***

4.10.1. A Emissora poderá proceder ao resgate antecipado das Debêntures em circulação a partir do 180º (centésimo octogésimo) dia contado da Data de Emissão, nos termos deliberados pela Assembleia Geral de Acionistas da Emissora e mediante publicação de “Aviso aos Debenturistas” nos jornais utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de pagamento do resgate antecipado, a qual deverá obrigatoriamente constar do “Aviso aos Debenturistas” (“Data de Exercício do Resgate Antecipado”). O resgate antecipado poderá ser total ou parcial, mediante o pagamento do (i) número de Debêntures em circulação no Dia Útil imediatamente anterior, multiplicado pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Exercício do Resgate Antecipado, e (ii) acrescido do valor dos Juros Remuneratórios devidos até a Data de Exercício do Resgate Antecipado, calculado *pro rata temporis* a partir da data de início do Período de Capitalização em curso na ocasião.

4.10.2. Farão jus ao recebimento dos valores decorrentes do resgate antecipado os Debenturistas que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior à data de pagamento do resgate antecipado.

4.10.3. Na hipótese de deliberação de resgate antecipado facultativo parcial pela Emissora, será adotado o critério de sorteio, que será realizado com base no número de cada Debênture, nos termos do artigo 55, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

A Emissora será responsável por organizar o sorteio e deverá comunicar os Debenturistas acerca do mesmo. Poderão estar presentes no sorteio os Debenturistas ou seus mandatários devidamente constituídos para este fim.

O resgate antecipado facultativo parcial deverá ser realizado conforme procedimentos

adotados pela CETIP, por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, válido para o resgate antecipado facultativo parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.10.4. Todos os custos decorrentes do resgate antecipado facultativo aqui previsto serão integralmente incorridos pela Emissora.

### ***Seção II – Repactuação***

4.10.5. As Debêntures serão objeto de repactuação de acordo com o cronograma e os procedimentos descritos a seguir. A Emissora deverá deliberar as condições da remuneração aplicáveis às Debêntures, ressalvado que a data da repactuação será o dia 13 de dezembro de 2011, ao final do prazo de 12 (doze) meses a contar da Data de Emissão (“Data de Repactuação”).

4.10.6. O Conselho de Administração da Emissora deverá deliberar e comunicar aos Debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da Data de Repactuação, o novo percentual “(p)” aplicado sobre a Taxa DI.

4.10.7. As condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora de acordo com o disposto no item 4.10.5 acima serão comunicadas aos Debenturistas na forma do item 4.18 até o 15º (décimo quinto) dia útil anterior à Data de Repactuação. Caso os Debenturistas não concordem com as condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora ou caso tais condições não sejam publicadas pela Emissora, os Debenturistas poderão, entre o 14º (décimo quarto) e o 5º (quinto) dia útil anterior à Data de Repactuação, inclusive, manifestar sua opção de exercer o direito de venda das Debêntures, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado das Debêntures na hipótese de não publicação das novas condições aplicáveis às Debêntures. A manifestação dos Debenturistas será realizada por meio da CETIP ou, tratando-se de Debenturistas não vinculados ao sistema CETIP, por correspondência dirigida à Emissora, sendo certo que somente serão consideradas as manifestações recebidas pela CETIP ou pela Emissora, conforme o caso, até o 5º (quinto) dia útil anterior à Data Repactuação, inclusive.

4.10.8. A Emissora obriga-se a adquirir as Debêntures dos Debenturistas que se manifestaram na forma do disposto no item 4.10.6, por seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos nos termos desta Escritura de Emissão até a data da efetiva aquisição, que deverá ocorrer na data de encerramento do respectivo Período de Capitalização dos Juros Remuneratórios. A aquisição a que se refere este item não será acrescida de prêmio de qualquer natureza. As Debêntures não repactuadas poderão ser mantidas na tesouraria da


Emissora ou canceladas.

#### **4.11. Vencimento Antecipado**

4.11.1. Observado o disposto nos itens 4.11.2. a 4.11.4. abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora dos valores devidos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses (“Eventos de Vencimento Antecipado”):

- (i) não pagamento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão;
- (ii) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pelos Garantidores Solidários de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão e/ou nos demais Documentos da Emissão, não sanada em 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (iii) caso provem-se falsas ou revelem-se incorretas ou enganosas quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelos Garantidores Solidários nos Documentos da Emissão;
- (iv) inadimplemento, nas datas de pagamento ou vencimento antecipado, de qualquer obrigação financeira devida pela Emissora, pelos Garantidores Solidários e/ou suas controladas a terceiros, cujo valor principal individual ou agregado seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), desde que tal inadimplemento não seja sanado dentro dos prazos de cura ou retificação previstos nos respectivos instrumentos, caso aplicável;
- (v) pedido, por parte da Emissora, de qualquer dos Garantidores Solidários e/ou de suas controladas, de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora, qualquer dos Garantidores Solidários e/ou suas controladas ingressar(em) em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou ainda, se for verificado estado de insolvência da Emissora, de qualquer dos Garantidores Solidários e/ou suas controladas, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- (vi) liquidação, dissolução, extinção, pedido ou decretação de falência da Emissora, de qualquer dos Garantidores Solidários e/ou suas controladas;
- (vii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222

da Lei das Sociedades por Ações;

(viii) se a Emissora, qualquer dos Garantidores Solidários e/ou suas controladas, direta ou indiretamente, tentar ou praticar qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial, extrajudicial ou arbitral, qualquer dos Documentos da Emissão e/ou qualquer de suas Cláusulas e condições;

(ix) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, de qualquer dos Garantidores Solidários e/ou de suas controladas que possa alterar substancialmente o ramo de negócios atualmente explorado por estas;

(x) aprovação de operações de cisão que envolvam a Emissora e/ou qualquer dos Garantidores Solidários, exceto se aprovada por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(xi) caso, enquanto a Emissora estiver em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, ocorra o pagamento pela Emissora de juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra forma de participação no lucro estatutariamente prevista e/ou qualquer forma de remuneração aos acionistas da Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(xii) ocorrência de qualquer procedimento de sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora, de qualquer dos Garantidores Solidários e/ou suas controladas, cujo valor contábil individual ou agregado apurado em determinado momento represente mais de 10% (dez por cento) do ativo permanente consolidado da respectiva sociedade, à época, levantado com base em suas últimas demonstrações financeiras, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 30 (trinta) dias contado da ocorrência do respectivo evento;

(xiii) protesto contra a Emissora, de qualquer dos Garantidores Solidários e/ou suas controladas, cujo valor individual ou agregado não pago, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), corrigidos pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"); ou índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, ou o equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data do protesto;

(xiv) redução do capital social da Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores Solidários, exceto se a redução tiver sido previamente aprovada por Debenturistas reunidos em circulação em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;

(xv) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita,

conforme prevista no item 3.4 desta Escritura de Emissão;

(xvi) contratação pela Emissora e/ou qualquer dos Garantidores Solidários de nova dívida e/ou concessão de garantia de qualquer espécie junto a qualquer pessoa física ou jurídica, instituição financeira ou não, em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em conjunto ou isoladamente, com exceção de operações: (a) realizadas dentro do curso ordinário de seus negócios; (b) destinadas à realização de investimentos dedicados à abertura de novos restaurantes ou aquisição de restaurantes de terceiros; (c) contratadas com a finalidade específica de refinanciar o pagamento/resgate antecipado total ou parcial das Debêntures; e/ou (d) refinanciamento de operações em curso, ou, nas demais hipóteses, desde que a operação tenha sido previamente aprovada por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;

(xvii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, por qualquer dos Garantidores Solidários e/ou por suas controladas, exceto se a Emissora, qualquer dos Garantidores Solidários e/ou suas controladas, conforme o caso, houverem apresentado pedido de renovação junto aos órgãos competentes, dentro do prazo legal, desde que o referido evento afete de maneira relevante o equilíbrio econômico-financeiro da Emissora e das Garantidoras Solidárias. A Emissora, mediante solicitação do Agente Fiduciário, fica obrigada a comprovar, em até 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da solicitação enviada pelo Agente Fiduciário, por meio da apresentação do respectivo protocolo de solicitação, o cumprimento desta cláusula pela Emissora e/ou por suas controladas, em relação a qualquer autorização, concessão, alvará ou licença;

(xviii) suspensão, por iniciativa da Emissora, da negociação ou do registro de negociação das Debêntures junto à CETIP;

(xix) alienação e/ou constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre qualquer bem integrante do ativo permanente ou do ativo imobilizado da Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores Solidários, na Data de Emissão, salvo quando se tratar de:

- a) bens inservíveis ou obsoletos;
- b) bens, incluindo ações das controladas da Emissora, já gravados ou onerados na Data de Emissão;
- c) garantia prestada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), ou ao respectivo agente financeiro de repasse do BNDES, no âmbito de operações de financiamento;
- d) garantia prestada a instituições financeiras que não o BNDES, para operação de financiamento de máquinas e/ou equipamentos necessários ao desempenho das atividades da Emissora, das e/ou suas controladas;
- e) no caso de alienação, bens que sejam substituídos por novos de idêntica finalidade;



f) operações de arrendamento mercantil em que o bem objeto do contrato seja dado em garantia; ou

g) adicionalmente aos itens anteriores, bens que representem, em uma ou cumulativamente em uma série de operações, percentual inferior a 10% (dez por cento) do ativo imobilizado da respectiva sociedade, apurado com base nas últimas demonstrações financeiras da respectiva sociedade disponíveis.

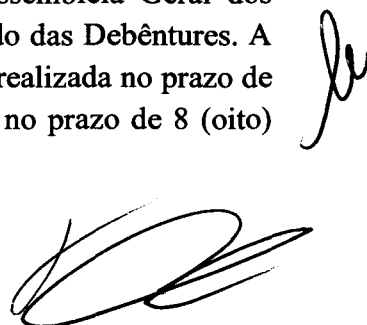
(xx) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, com referência à Emissora e/ou qualquer dos Garantidores Solidários;

(xxi) descumprimento (i) de qualquer dos termos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações por qualquer de seus signatários, não sanado no prazo especificado para a purgação da mora previsto no referido instrumento, caso existente, (ii) por qualquer dos Garantidores Solidários aos termos e condições previstos em seus respectivos estatutos/contratos sociais;

(xxii) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 30 (trinta) dias úteis e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, de qualquer dos Garantidores Solidários e/ou suas controladas; ou

(xxiii) caso a Conta Vinculada Emissora não atenda ao Montante Mínimo Conta Vinculada ou o somatório do valor dos recursos financeiros e investimentos onerados em favor do Agente Fiduciário pelos Garantidores Solidários, nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária de Bens e Direitos, não seja equivalente ao Montante Mínimo Conta Vinculada, e tal evento não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contado do recebimento, pela Emissora, de comunicação escrita encaminhada pelo Agente Fiduciário informando-a do respectivo evento.

4.11.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (xii), (xiii), (xv), (xvi) e (xxi) do item 4.11.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor, ficando o vencimento condicionado à entrega de comunicação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora. Na ocorrência dos demais eventos previstos no item 4.11.1 acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral dos Debenturistas, para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral dos Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.



4.11.2.1. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral dos Debenturistas dos titulares das Debêntures mencionada no item acima 4.11.2 por falta de quorum ou por qualquer outro motivo, ou (ii) de não ser aprovado o não vencimento antecipado das Debêntures na referida Assembleia Geral dos Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar imediatamente o vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.2.2. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora e/ou os Garantidores Solidários obrigam-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios (e, no caso do item 4.11.1. “i”, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora e/ou pelos Garantidores Solidários nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso o pagamento referido neste item seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada, pela Emissora, com, no mínimo, 1 (um) Dia Útil de antecedência.

#### **4.12. Cancelamento das Debêntures Objeto de Vencimento Antecipado**

4.12.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.11.2.2 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

#### **4.13. Multa e Juros Moratórios**

4.13.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Juros Remuneratórios previstos nesta Escritura de Emissão, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2,00% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso (“Encargos Moratórios”).

#### **4.14. Garantias Fidejussórias**

4.14.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, os Garantidores Solidários, excetuando-se o Acionista Controlador, de forma irrevogável e irretroatável, presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadores, em caráter solidário, e principais pagadores, pelo pagamento de quaisquer valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.14.2. Em virtude da fiança de que trata este item 4.14, a presente Escritura de Emissão será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na Cidade do Rio de Janeiro, em até 20 (vinte) dias contados da data desta Escritura de Emissão.

4.14.3. Cada um dos Garantidores Solidários excetuando-se o Acionista Controlador, declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiador, em caráter solidário, e principal pagador, pela totalidade da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àqueles valores devidos ao Agente Fiduciário.

4.14.4. Os valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos montantes de principal, dos Juros Remuneratórios ou encargos de qualquer natureza, serão devidos e deverão ser pagos pelos Garantidores Solidários imediatamente após o término do prazo referido no item 4.11.2.2, cabendo ao Agente Fiduciário comunicar os Garantidores Solidários sobre a falta de pagamento ou ocorrência de qualquer outro Evento de Vencimento Antecipado. Tal pagamento inclui, mas não se limita aos montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de principal, dos Juros Remuneratórios ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pelos Garantidores Solidários de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

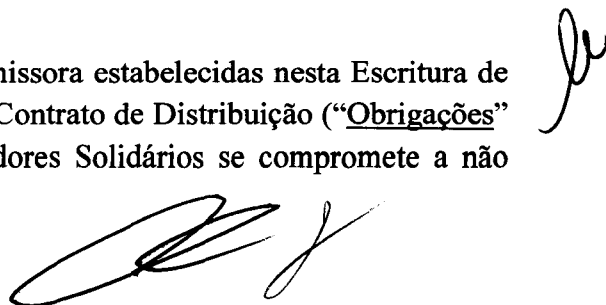
4.14.5. Cada um dos Garantidores Solidários expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigo 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).

4.14.6. Cada Garantidor sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar a fiança objeto deste item 4.14.

4.14.7. A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral de todos os valores devidos pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão. Os Garantidores Solidários desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral de todos os valores devidos pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.14.8. A presente fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação dos valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.14.9. Até a liquidação integral das obrigações da Emissora estabelecidas nesta Escritura de Emissão, em cada um dos Contratos de Garantia e no Contrato de Distribuição (“Obrigações” e “Documentos da Emissão”), cada um dos Garantidores Solidários se compromete a não



cobrar, receber ou de qualquer outra forma demandar da Emissora e/ou de outro Garantidor Solidário o pagamento de qualquer valor pago por qualquer um dos Garantidores Solidários em decorrência da garantia solidária aqui prestada, seja por sub-rogação ou a qualquer outro título. Caso qualquer dos Garantidores Solidários receba qualquer pagamento do outro Garantidor Solidário e/ou da Emissora antes da liquidação integral das Obrigações, em decorrência da obrigação solidária prestada nesta Escritura de Emissão, o respectivo Garantidor Solidário receberá tais valores em caráter fiduciário e se compromete a, independentemente de comunicação ou outra formalidade, transferir imediatamente ao Agente Fiduciário, em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis, até o limite do saldo devedor das Obrigações, os recursos então recebidos. Ainda, a Emissora e cada um dos Garantidores Solidários concorda, em caráter irrevogável e irretratável, que a totalidade de suas respectivas obrigações aqui estipuladas não se subordinam, sob qualquer forma, às garantias reais estipuladas nesta Escritura de Emissão, sendo facultado ao Agente Fiduciário executar as garantias prestadas, em conjunto ou isoladamente, nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão da forma e modo neles estabelecidos.

4.14.10. A fiança prestada nos termos deste item 4.14 vincula cada um dos Garantidores Solidários, bem como seus sucessores a qualquer título, inclusive na hipótese de qualquer reorganização societária, cisão, fusão, incorporação, alienação de controle, que ocorra com qualquer dos Garantidores Solidários, devendo estes, ou seus sucessores, a qualquer título, assumirem prontamente a fiança prestada nos termos desta Escritura de Emissão. Nesta hipótese, a presente Escritura de Emissão deverá ser aditada para que constem os dados da(s) sociedade(s) sucessora(s) do(s) Garantidor(es).

4.14.11. Nas hipóteses de ocorrência, com relação a qualquer dos Garantidores Solidários qualquer dos eventos a que se refere ao item 4.11.1 desta Escritura de Emissão, em que não seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures pelos Debenturistas, o Agente Fiduciário poderá, a pedido dos Debenturistas, requerer a substituição da fiança ora prestada em conformidade com o item 4.14.12 abaixo, que deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Emissora, de comunicação solicitando a substituição.

4.14.12. Na hipótese a que se refere o item 4.14.11 acima, a fiança do respectivo Garantidor Solidário somente poderá ser substituída por fiança bancária, outorgada em benefício dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, emitida por instituição financeira brasileira de primeira linha ou outro tipo de garantia que seja aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim.

4.14.13. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.14.14. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Garantidores Solidários com o fito de se escusar do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.14.15. Na hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, cada um dos Garantidores Solidários que possuam créditos contra a Emissora obriga-se a não cobrar e/ou executar, a qualquer título, os seus créditos em face da Emissora até a liquidação integral das Debêntures.

#### **4.15. Da Garantia Real Prestada por Terceiro**

4.15.1. As Debêntures contarão com a garantia de alienação fiduciária de 2.818.804 (dois milhões, oitocentos e dezoito mil, oitocentos e quatro) ações ordinárias de emissão da Emissora, que correspondem, nesta data, a 53,066% (cinquenta e três inteiros e sessenta e seis milésimos por cento) do capital social da Emissora, detidas pelo Acionista Controlador, constituída em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, em conformidade com os termos e as condições do “Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças” a ser celebrado entre a Emissora, o Acionista Controlador e o Agente Fiduciário (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”).

4.15.2. As Debêntures contarão, também, com a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade dos Garantidores Solidários, conforme aplicável, decorrentes: (a) da totalidade do fluxo de Direitos Creditórios, presentes e futuros decorrentes de compra e venda de produtos liquidadas por clientes por meio da utilização de “Cartões de Crédito” e/ou “Débito” das bandeiras “Master Card”, “Maestro”, “Visa”, “Visa Electron”, “Diners” e “Amex”, entre outras bandeiras, nos estabelecimentos dos Garantidores Solidários denominados “PORCÃO IPANEMA”, “GALERIA GOURMET I (Downtown)”, “GALERIA GOURMET II (Norteshopping)”, “PORCÃO BARRA”, “PORCÃO RIO’S” e “PORCÃO BRASÍLIA”, atreladas a operação comercial do respectivo Garantidor Solidário, contratada sob condição suspensiva, nos termos de “Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” (“Contrato de Cessão Fiduciária de Bens e Direitos”), a ser celebrado entre a Emissora, cada Garantidor Solidário e o Agente Fiduciário, com exceção da NSG Securitizadora, o qual, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações são doravante denominados, em conjunto, os “Contratos de Garantia”.

#### **4.16. Local de Pagamento**

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Agente Escriturador, fora do ambiente da CETIP.

#### **4.17. Prorrogação dos Prazos**

4.17.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária por quaisquer partes, inclusive os Debenturistas, prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não seja um Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, e ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.17.2. Para os fins da presente Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia que não seja feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.18. Publicidade**

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal utilizado pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A Companhia obriga-se a informar o Agente Fiduciário acerca de tais publicações com 3 (três) dias de antecedência.

#### **4.19. Imunidade dos Debenturistas**

4.19.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



### **Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

5.1. A Emissora e cada um dos Garantidores Solidários estão adicionalmente obrigados, conforme o caso, a:

a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, acompanhados de parecer dos auditores independentes, preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(ii) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe

venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;

(iii) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18 acima;

(iv) “Avisos aos Debenturistas”, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

(v) informações sobre qualquer descumprimento de natureza pecuniária ou não, pela Emissora e/ou pelos Garantidores Solidários, não sanado, de quaisquer Cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que tomar conhecimento do fato, sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo; e

(vi) todos os demais documentos e informações que a Emissora e/ou qualquer dos Garantidores Solidários, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário ou que venha a ser por este solicitados para cumprir determinação estabelecida em ordem emanada por autoridade competente, regulamentação ou lei aplicável;

b) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

c) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.11.1 da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, sendo esta obrigação aplicável tanto à Emissora quanto à qualquer dos Garantidores Solidários;

d) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, sendo esta obrigação aplicável tanto à Emissora quanto à qualquer dos Garantidores Solidários;

e) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores Solidários que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora e/ou pelos Garantidores Solidários, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora e/ou pelos Garantidores Solidários à CVM, conforme o caso, nos

termos da Instrução CVM n.º 476/09 não mais reflitam a real condição financeira da Emissora, sendo esta obrigação aplicável tanto à Emissora quanto aos Garantidores Solidários;

f) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, sendo esta obrigação aplicável tanto à Emissora quanto aos Garantidores Solidários;

g) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;

h) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu respectivo Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, sendo esta obrigação aplicável tanto à Emissora quanto aos Garantidores Solidários;

i) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, sendo esta obrigação aplicável tanto à Emissora quanto aos Garantidores Solidários;



j) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão, sendo esta obrigação aplicável tanto à Emissora quanto aos Garantidores Solidários;

k) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário;

l) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora e/ou dos Garantidores Solidários;

m) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora e dos Garantidores Solidários;

n) efetuar o pagamento de todas as despesas de que trata o item 5.2 desta Escritura de Emissão, desde que razoáveis, comprovadas pelo Agente Fiduciário e necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, sendo esta obrigação aplicável tanto à Emissora quanto aos Garantidores Solidários; e



o) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (n) do item 5.1 acima compreenderão as seguintes:

a) publicação de relatórios, avisos e comunicações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;

b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e dos Garantidores Solidários, caso tenham sido previamente solicitadas, bem como das demais Comarcas em que a Emissora e/ou cada um dos Garantidores Solidários exerçam suas atividades, e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;

c) despesas razoáveis de viagem, estadias, alimentação e transporte, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;

d) despesas com especialistas, assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas, devendo, sempre que aplicável, realizar no mínimo três cotações com empresas com sabida experiência e reputação ilibada no mercado; e

e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou perícias que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos interesses dos Debenturistas.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e ressarcidas pela Emissora imediatamente após solicitação recebida do Agente Fiduciário, desde que razoáveis, dentro dos parâmetros do mercado e devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período

superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09:


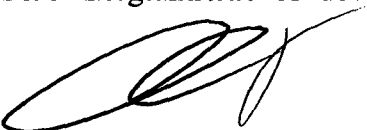
- a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 (“Instrução CVM n.º 358/02”), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores o Relatório e a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta Restrita; e
- g) fornecer, inclusive ao Agente Fiduciário, sempre que assim demandada, todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

#### **Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e

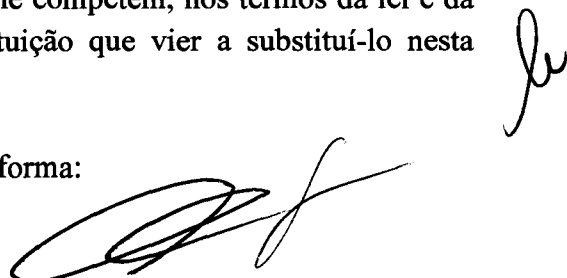
atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

- b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- d) a celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28/83"), ou demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/83;
- g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- h) está ciente das disposições da Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, e das demais disposições emanadas do Banco Central do Brasil;
- i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- j) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras; e
- k) esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

6.4.1. receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:



- a) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, o valor de R\$ 25.880,00 (vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta reais) e parcelas mensais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo a primeira devida na data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais pagamentos na mesma data de cada mês subsequente até o resgate total das Debêntures;
- b) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e desde que tal pagamento não incorra em duplicidade com a parcela anual mencionada;
- c) os pagamentos referidos neste item 6.4.1 serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die*;
- d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento);
- e) os pagamentos referidos neste item 6.4.1 serão acrescidos dos tributos incidentes sobre a remuneração (ISS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e outros que porventura venham a incidir), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços de Agente Fiduciário pelas instituições financeiras;
- f) caso a Emissora ou garantidores da emissão não estejam adimplentes com todas as suas obrigações assumidas na Escritura ou em caso de alteração das condições das Debêntures, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais) por hora-homem de trabalho adicional em sua sede ou fora dela, que caso este trabalho adicional seja desenvolvido em fração de horas, este valor de 1 (uma) hora será pro-rateado à razão de 20 (vinte) minutos, mesmo que incompletos, dedicado pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário para (i) a assessoria aos titulares das Debêntures, (ii) o comparecimento em reuniões com a Emissora, (iii) o comparecimento em reuniões com os titulares das Debêntures em assembleia geral, (iv) a implementação das conseqüentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora, e para (v) a execução das garantias ou das Debêntures, remuneração adicional a qual deverá ser paga pela Emissora no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega de relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o valor mínimo de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais) por mês durante o período em que a Emissora ou os garantidores permanecerem nesta situação;
- g) caso seja incluída garantia ou *covenant* será devido adicionalmente o valor de R\$ 575,00 (quinhentos e setenta e cinco reais) mensais por cada garantia ou *covenant*

adicional que deva ser verificado pelo Agente Fiduciário em periodicidade trimestral, semestral ou anual;

h) as remunerações do Agente Fiduciário não incluem as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias xerográficas, correios, ligações interurbanas, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação dos seus serviços, a serem pagas pela Emissora;

i) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

j) o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento; e

k) caso a totalidade das debêntures seja resgatada integralmente antes do seu vencimento será devido, na data do resgate antecipado integral, os 3 (três) próximos valores subsequentes estabelecido na alínea "(a)" acima.

6.4.2. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na

administração dos seus próprios bens;

b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

6.5.1 verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado em declaração prestada acima;

d) promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;

e) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

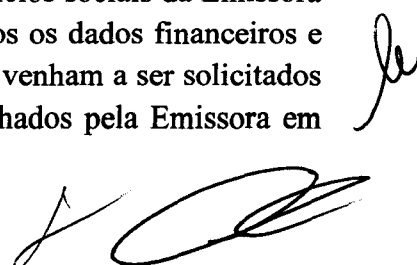
g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora e dos Garantidores Solidários, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.18 acima;

j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora e, para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em



até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM;

l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da Emissora;
- (ii) na sede do Agente Fiduciário; e
- (iii) no Coordenador Líder.

m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;

n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;

o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e

p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora e/ou pelos Garantidores Solidários de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e/ou os Garantidores Solidários para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão;

b) requerer a falência da Emissora e/ou dos Garantidores Solidários, nos termos da legislação aplicável;

c) executar as garantias fidejussórias e reais objeto dos itens 4.14 e 4.15 desta Escritura de Emissão, judicial ou extrajudicialmente, recebendo o produto da cobrança e aplicando-o no pagamento dos Debenturistas; e

d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora e/ou dos Garantidores Solidários.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas. Na hipótese prevista na alínea (d), o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata o item 6.6 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.

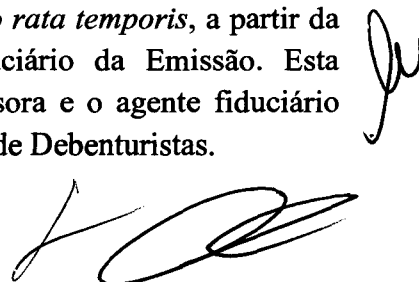
6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.7.1. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.7.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.4. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela semestral devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.





6.7.5. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

6.7.6. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCERJA junto com a presente.

6.7.6.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.7.6.2. O Agente Fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.7.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

#### **Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 7.2 desta Cláusula Sétima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação e em segunda convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, o número de Debêntures em circulação necessário para aprovação da matéria a ser deliberada.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas



Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.7. Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, (ii) nos Juros Remuneratórios (com exceção da deliberação de que trata o item 4.9.8 acima), (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e/ou (iv) nos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.8. A eventual renúncia à declaração de vencimento antecipado automático das Debêntures, nos termos do item 4.11.2 desta Escritura de Emissão, deverá ser aprovada por Debenturistas representando não menos que 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

7.9. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures (i) aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou (ii) que sejam pertencentes ao acionista/sócio controlador da Emissora, dos Garantidores Solidários ou de qualquer de suas controladas e coligadas.

7.10. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.11. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



7.12. A Assembleia Geral objeto da segunda convocação deverá ser realizada, no mínimo, 8 (oito) dias após a data prevista para a realização da Assembleia Geral objeto da primeira convocação.

#### **Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

8.1. A Emissora, neste ato, declara que:

a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;

b) encontra-se devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais

Documentos da Emissão, à emissão das Debêntures, à realização da Oferta Restrita e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, exceto quanto aos requisitos descritos na Cláusula Segunda acima;

c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

d) esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Emissão e as obrigações aqui e lá previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculativas da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

e) a celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão, o cumprimento de suas obrigações aqui e lá previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou documentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

f) tem, assim como suas controladas, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

g) cumpre, assim como suas controladas, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, bem como a legislação trabalhista-previdenciária brasileira atualmente em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social; e está, assim como suas controladas, obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor e não há quaisquer circunstâncias que possam

razoavelmente embasar uma ação ambiental, trabalhista e/ou previdenciária contra a Emissora, nos termos de qualquer legislação aplicável, que possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);

h) as informações fornecidas pela Emissora aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;

i) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados nas Debêntures;

j) inexistente (i) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (ii) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar um Efeito Adverso Relevante;

k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;

m) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora, os Garantidores Solidários e o Coordenador Líder responsável pela Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé; e

n) tem ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie que as Debêntures, dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

8.1.1. Para fins desta Cláusula, “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora, que modifique de forma relevante e adversa a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora e/ou dos Garantidores Solidários, de modo a afetar de maneira significativa a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão, a exclusivo critério do Debenturista, que



deverá justificar sua posição.

8.1.2. Cada um dos Garantidores Solidários declara e garante ao Agente Fiduciário, conforme o caso, na data da assinatura desta Escritura, que:

- a) é uma sociedade devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- b) as obrigações assumidas nesta Escritura e nos demais Documentos da Emissão constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão constituirão, obrigação legalmente válida, vinculante e exigível de cada Garantidor Solidário, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- c) a celebração da presente Escritura de Emissão e a outorga da garantia fidejussória objeto do item 4.14 e das garantias reais objeto do item 4.15, conforme aplicável, foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu contrato social ou estatuto social, conforme aplicável; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que as vincule ou afete;
- d) todas as suas atividades são conduzidas de acordo com a legislação ambiental, bem como a legislação trabalhista-previdenciária brasileira em vigência atualmente ou até que as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas e que, portanto, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pelos Garantidores Solidários de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão e da garantia fidejussória objeto do item 4.14 e das garantias reais objeto do item 4.15, ou para a realização da Emissão exceto pelo registro da Escritura de Emissão na JUCERJA, o registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações no competente Livro de Registro de Ações Nominativas dos Garantidores Solidários e dos Contratos de Garantia nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- e) a celebração da presente Escritura de Emissão e a outorga da garantia fidejussória objeto do item 4.14 e das garantias reais objeto do item 4.15, conforme aplicável, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais os Garantidores Solidários sejam parte, nem irão resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem dos Garantidores Solidários, exceto por aqueles já existentes na presente data, (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

f) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, que seja do conhecimento dos Garantidores Solidários, envolvendo qualquer dos Garantidores Solidários perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da garantia fidejussória objeto do item 4.14 e das garantias reais objeto do item 4.15;

g) os representantes legais dos Garantidores Solidários que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes para assumir, em nome dos Garantidores Solidários, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor; e

h) os Garantidores Solidários mantêm cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que estão engajados; os Garantidores Solidários não tem qualquer razão para acreditar que não conseguirão renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Efeito Adverso Relevante;

i) não omitiram ou omitirão nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica dos Garantidores Solidários em prejuízo dos Debenturistas;

j) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da garantia fidejussória objeto do item 4.14 e das garantias reais objeto do item 4.15; e

k) por deter, nesta data 53% (cinquenta e três por cento) das ações de emissão da Emissora, objeto do Contrato de Alienação Fiduciária, o Acionista Controlador declara que foi e será beneficiário, direta ou indiretamente, do negócio jurídico objeto da presente Escritura de Emissão, e não é terceiro alheio às obrigações, principais e acessórias, assumidas pela Emissora na presente Escritura de Emissão, atualmente devidas ou que possam ser devidas no futuro pela Emissora.

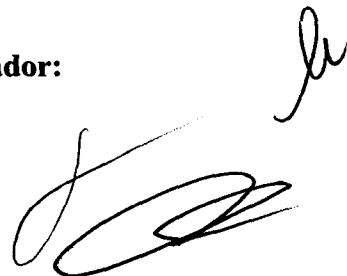
### **Cláusula Nona – DAS COMUNICAÇÕES**

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora, os Garantidores Solidários e o Acionista Controlador:**

At.: Dr. Helio Luiz Fiuza Lima

Tel.: (21) 2199-1614



Fax: (21) 2199-1631

E-mail: helio.fiuza@porcao.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

**GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Avenida Ayrton Senna, 3000, bloco 1, 317. Rio de Janeiro, RJ.

At.: Sr. Juarez Dias Costa

Tel.: (21) 2490-4305

Fax: (21) 2490-3062

E-mail: gdc@gdcctvm.com.br

**Para o Banco Mandatário e para o Agente Escriturador:**

**BANCO BRADESCO S.A.**

Endereço: Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar. Osasco, SP.

Nome: Marcelo Tanouye Nurchis

Telefone: (11) 3684-9476

Fax: (11) 3684-9445

E-mail: 4010.tanouye@bradesco.com.br

4010.agente@bradesco.com.br

Nome: Yoiti Watanabe

Telefone: (11) 3684-7912

Fax: (11) 3684-9445

E-mail: 4010.yoiti@bradesco.com.br

Nome: Felipe Cazzari Maciel

Telefone: (11) 3684-7912

Fax: (11) 3684-9445

E-mail: 4010.cazzari@bradesco.com.br

**Para a CETIP:**

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar. Jardim Paulistano, SP.

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.



9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

### **Cláusula Dez – INCORPORAÇÃO**

10.1. Fica autorizada expressamente pelos Debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável e desde que observadas as disposições desta Cláusula Dez, a realização de incorporação da Emissora pelo(s) Garantidor(es) Solidário(s) ou a incorporação pela Emissora de/do(s) Garantidor(es) Solidário(s) (“Incorporação”), desde que as sociedades resultantes e os Garantidores Solidários que não sejam objeto da Incorporação mantenham-se integral e solidariamente obrigadas pelo cumprimento dos termos e das condições desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão, inclusive com referência às garantias prestadas.

10.2. A Emissora e os Garantidores Solidários se obrigam a obter todas as autorizações, inclusive as de natureza societária, necessárias para que se opere validamente a Incorporação, e observar todas as demais regras da Lei das Sociedades por Ações aplicáveis à Incorporação.

10.3. As Partes se obrigam a fornecer e assinar todos os documentos necessários para a válida e eficaz implementação da Incorporação nos termos descritos nesta Cláusula Dez no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a Emissão e os respectivos Garantidores Solidários comunicarem às demais Partes sobre a intenção de realizar a Incorporação.

### **Cláusula Onze - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora e dos Garantidores Solidários, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e pelos Garantidores Solidários nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal,





inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, reconhecendo a Emissora e cada um dos Garantidores Solidários, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

11.5. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para basear suas decisões.

#### **Cláusula Doze – DO FORO**

12.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão em 1 (uma) via de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2010

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]




*PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE RERRATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PORÇÃO LICENCIAMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., CELEBRADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2010 – 1/4*

**PORÇÃO LICENCIAMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**

---

**Helio Luiz Fiuza Lima**  
Diretor Presidente



---

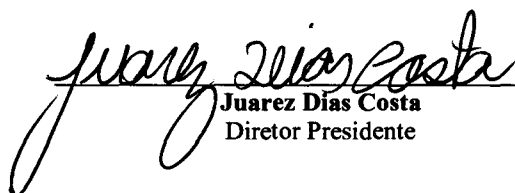
**Raphael de Melo Távora Vargas Franco Netto**  
Diretor Financeiro

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]



*PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE RERRATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PORÇÃO LICENCIAMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., CELEBRADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2010 – 2/4*

**GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

  
Juarez Dias Costa  
Diretor Presidente

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]





*PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE RERRATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PORÇÃO LICENCIAMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., CELEBRADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2010 – 3/4*

**CHURRASCARIA BRASÃO DA TORRE LTDA.**

---

**Valdir José Mocellin**  
Sócio-Administrador

**CHURRASCOLÂNDIA RESTAURANTE LTDA.**

---

**Aldomir Mocellin**  
Sócio-Administrador

**BAR E RESTAURANTE PONTO DA BARRA LTDA.**

---

**Valdir José Mocellin**  
Sócio-Administrador

**PORÇÃO RIO'S LTDA.**

---

**Aldomir Mocellin**  
Sócio-Administrador

*PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE RERRATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PORÇÃO LICENCIAMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., CELEBRADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2010 – 4/4*

**RPS BAR E RESTAURANTE LTDA.**

\_\_\_\_\_  
**Valdir José Mocellin**  
Sócio-Administrador

\_\_\_\_\_  
**Aldomir Mocellin**  
Administrador

**CASUAL DINING S.A.**

\_\_\_\_\_  
**José Ricardo Tostes Nunes Martins**  
Diretor

  
\_\_\_\_\_  
**Raphael de Melo Távora Vargas Franco Netto**  
Diretor

**NSG CAPITAL SECURITIZADORA S.A.**

  
\_\_\_\_\_  
**Luiz Eduardo Franco de Abreu**  
Diretor Presidente

**Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF  
ID:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF  
ID:

## Anexo I

### FATORES DE RISCO



*Os fatores de risco estão sujeitos a ajustes a serem implementados a critério do Coordenador Líder a serem divulgados por meio de aditamento ao Anexo I desta Escritura de Emissão.*

#### ***A Emissora é sociedade holding***

A Emissora é uma sociedade *holding* constituída com a finalidade de operar e desenvolver as marcas “PORCÃO” e “GALERIA GOURMET” e participar de outras sociedades que tenham por objeto a exploração comercial de restaurantes. Neste sentido, sua capacidade de cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão dependerá do desempenho operacional e capacidade financeira das suas subsidiárias.

#### ***Informações Financeiras Auditadas da Emissora e Outros Aspectos Correlatos***

As demonstrações contábeis da Emissora referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram objeto de procedimentos de revisão limitada realizada pela BDO Auditores Independentes, conforme consta do Relatório sobre Revisão Limitada da Emissora (“Relatório”), datado de 6 de julho de 2010. O Relatório apresenta ressalvas. Recomenda-se a potenciais investidores a análise do Relatório, o qual se encontra disponível na página da Emissora na rede mundial de computadores no endereço [www.porcao.com.br](http://www.porcao.com.br). Nos termos do item 5.3 da Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09: (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação; (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores o Relatório e a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta Restrita; e (g) fornecer, inclusive ao Agente Fiduciário, sempre que assim demandada, todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.



Não há qualquer garantia de que a Emissora será capaz de atender aos termos e condições da Escritura de Emissão na forma e dentro dos prazos acima indicados, inclusive, sem limitação, em decorrência de motivos alheios a sua vontade. Há ainda a possibilidade de que, no curso do processo de auditoria, sejam identificadas e confirmadas possíveis contingências em face da Emissora e de suas controladas, sendo que tal fato poderá afetar negativamente o patrimônio líquido da Emissora e, conseqüentemente, seu equilíbrio econômico-financeiro e, assim, sua capacidade de honrar suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

***Riscos Relacionados ao Ramo de Atividade de Brasão da Torre, Ponto da Barra, Rio's, RPS, Churrascolândia e demais subsidiárias operacionais***

A Brasão da Torre, a Ponto da Barra, a Rio's, a RPS e a Churrascolândia, na qualidade de sociedades operacionais, encontram-se sujeitas à ocorrência de cenários adversos, incluindo, sem limitação, aqueles decorrentes de fatores internos, relacionados à gestão, bem como de fatores externos advindos de crises econômicas no Brasil e no mercado internacional, instabilidades regulatórias, catástrofes, eventos políticos adversos, etc. Na eventualidade da ocorrência de qualquer destas hipóteses, poderão ser configurados efeitos adversos relevantes na situação econômica e capacidade financeira da Brasão da Torre, da Ponto da Barra, da Rio's, da RPS e da Churrascolândia, tais como: redução de suas receitas, aumento de seus custos administrativos e operacionais, redução de sua capacidade de geração de caixa e, conseqüentemente, a capacidade de pagar dividendos e outras participações à Emissora, sendo que tal fato poderá afetar negativamente a capacidade da Emissora em cumprir pontualmente com suas obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão. Os eventos acima identificados aplicam-se também às sociedades controladas pelo Acionista Controlador.

A principal atividade da Brasão da Torre, da Ponto da Barra, da Rio's, da RPS e da Churrascolândia é a prestação de serviços de gestão e administração de restaurantes, bares, *buffets*, cervejarias e preparação e comercialização de refeições. Seu crescimento nos últimos 5 (cinco) anos tem sido impulsionado pelo crescimento da atividade econômica no país. A desaceleração da atividade econômica pode afetar a capacidade de crescimento das sociedades acima referidas, seus resultados e, assim, a capacidade de a Emissora cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão. Os eventos acima identificados aplicam-se também às sociedades controladas pelo Acionista Controlador.

***Na hipótese de Vencimento Antecipado, a Emissora poderá ter dificuldades para cumprir suas obrigações decorrentes das Debêntures***

A presente Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às Debêntures. Não há garantias de que

a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para, quando da decretação do vencimento antecipado das Debêntures, fazer face às suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão. Neste caso, a Emissora poderá ter dificuldades em obter recursos financeiros adicionais para realizar o pagamento das Debêntures. Os eventos acima identificados aplicam-se também às sociedades controladas pelo Acionista Controlador, na qualidade de Garantidor Solidário das Debêntures.

### ***Baixa Liquidez do Mercado Secundário Brasileiro de Debêntures***

A Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados e, não obstante a Oferta Restrita ser apresentada a, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, a Debênture somente poderá ser subscrita por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme disposto no artigo 3º da Instrução CVM n.º 476, o que poderá prejudicar sua liquidez no mercado secundário. Adicionalmente, o mercado secundário existente no Brasil para negociação das Debêntures a serem emitidas no âmbito da Oferta Restrita apresenta atualmente baixa liquidez. Ademais, a Debênture somente poderá ser negociada pelos subscritores depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição e entre Investidores Qualificados, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM n.º 476. Não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação desse valor mobiliário que possibilite ao subscritor desse título sua alienação caso este assim decida.

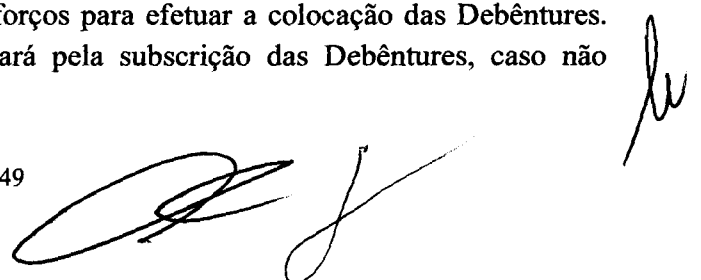
### ***A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo das Debêntures***

Investir em títulos de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em títulos de emissores de países mais desenvolvidos, e tais investimentos são tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos brasileiros, tais como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, envolvendo, dentre outros, mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, com relação a seus investimentos.

Os mercados de títulos brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os mercados de títulos americanos e europeus, e não são tão regulamentados ou supervisionados como esses.

### ***Colocação sob o Regime de Melhores Esforços***

O Coordenador Líder envidará os seus melhores esforços para efetuar a colocação das Debêntures. Porém, o Coordenador Líder não se responsabilizará pela subscrição das Debêntures, caso não





subscrita. Assim, a captação de recursos pretendida pela Emissora com a colocação das Debêntures poderá não ser atingida.

#### ***Debêntures da Espécie Subordinada***

As Debêntures são da espécie subordinada, contando apenas com as garantias fidejussória e reais prestadas por terceiros a serem constituídas nos termos dos itens 4.14 e 4.15 desta Escritura de Emissão, as quais, após sua excussão, podem não ser suficientes para liquidar, no todo ou em parte, as obrigações da Emissora decorrentes da presente Escritura de Emissão. Na hipótese de falência da Emissora, as obrigações não quitadas, após a excussão das garantias reais, estarão subordinadas aos créditos dos demais credores da sociedade titulares de créditos quirografários, com garantia real ou privilégio especial da Emissora. Em caso de falência, não há garantia de que o titular das Debêntures receberá a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

#### ***Garantias Reais Prestadas por Terceiros***

As Debêntures contam com certas garantias reais conforme descritas nos Contratos de Garantia. Não há nenhuma garantia de que, na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário conseguirá executar as garantias prestadas nem de que os valores eventualmente apurados sejam suficientes para liquidar total ou parcialmente as Debêntures. Não há também nenhuma garantia de que haja, no futuro, interessados em participar do processo de alienação dos bens e direitos onerados em favor dos Debenturistas. Também não há nenhuma garantia de que as garantias poderão ser rapidamente executadas.

#### ***Outros Riscos***

Na hipótese de concurso de credores da Emissora, os recursos cursados e/ou vinculados à Conta Vinculada Emissora e/ou à conta corrente na qual venham a ser creditados os recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente no Contrato de Cessão Fiduciária de Bens e Direitos, poderão estar sujeitos aos efeitos da falência e/ou recuperação.

